

EDUARDO CAMBI

A PROVA CIVIL

admissibilidade e relevância

Editora Revista dos Tribunais

São Paulo
2006

347.94(81)
C175p



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cambi, Eduardo.

A prova civil: admissibilidade e relevância / Eduardo Cambi; prefácio Michele Taruffo. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-203-2888-1

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil 3. Prova (Direito) I. Taruffo, Michele. II. Título. 06-1321 CDU-347.94

Índices para catálogo sistemático: 1. Prova: Processo civil 347.94

347.94(81)
C175p



SUMÁRIO

PREFÁCIO - MICHELE TARUFFO	9
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	17
1. Iniciativa na proposição da prova	19
1.1 Compreensão inicial	19
1.2 O alcance do princípio da demanda	22
1.3 Contribuição das partes na fixação dos pontos controvertidos da causa	27
2. Admissibilidade das provas	33
2.1 Noção de admissibilidade	33
2.2 Limitações ao direito à prova	36
2.3 Provas típicas e atípicas	40
2.3.1 Conceito	40
2.3.2 A prova atípica no ordenamento processual brasileiro	40
2.3.3 Natureza jurídica das provas atípicas	42
2.3.4 Livre convencimento do juiz e eficácia das provas atípicas	43
2.3.5 Provas atípicas e o avanço científico e tecnológico	44
2.3.6 Limites à utilização das provas atípicas	46
2.4 Prova emprestada	52
2.5 Provas ilícitas	63
2.5.1 Considerações introdutórias	63
2.5.2 Conceito de prova ilícita	64
2.5.3 A admissibilidade da prova ilícita e a aplicação do princípio da proporcionalidade	70
2.5.4 As provas ilícitas e a tutela constitucional da intimidade e da privacidade	84
2.5.5 Gravações clandestinas e interceptações telefônicas	99
2.5.6 Provas ilícitas por derivação: a doutrina dos frutos da árvore envenenada	113
2.5.7 Utilização das provas ilícitas e nulidade processual	117
2.6 Limites probatórios específicos	126
2.6.1 Premissas	126
2.6.2 Confissão	126
2.6.2.1 Conceito e natureza jurídica	126
2.6.2.2 Modalidades e eficácia jurídica da confissão	128
2.6.2.3 Validade da confissão	132
2.6.2.4 Valoração da confissão	135
2.6.3 Admissão e vedação da prova testemunhal	138

347.94(81)
C175p



2.6.3.1	Introdução	138
2.6.3.2	Limitação do número de testemunhas	141
2.6.3.3	Incapacidade para ser testemunha	146
2.6.3.3.1	Introdução	146
2.6.3.3.2	Interdito por demência e acometidos com enfermidade ou debilidade mentais	146
2.6.3.3.3	Menores de 16 (dezesesseis) anos	148
2.6.3.3.4	Cegos, surdos e surdos-mudos	155
2.6.3.4	Impedimento para ser testemunha	157
2.6.3.4.1	Parentes e afins	158
2.6.3.4.2	Parte na causa	163
2.6.3.4.3	Outras hipóteses de impedimento relacionadas com a função de testemunhar	168
2.6.3.5	Causas de suspeição da testemunha	175
2.6.3.6	Causas de exclusão do dever de depor	177
2.6.3.6.1	Grave dano	178
2.6.3.6.2	Sigilo profissional	183
2.6.3.7	Vedação da prova testemunhal nos contratos	207
2.6.4	Exibição de documento ou coisa	220
2.6.5	Prova documental	224
2.6.6	Prova pericial	232
2.6.7	Inspeção judicial	249
3.	Relevância das provas	255
3.1	Relevância jurídica	255
3.2	Noção de relevância e de pertinência das provas	262
3.3	Questão de fato e questão de direito	268
3.3.1	Introdução	268
3.3.2	Noção de ponto e de questão de fato	270
3.3.3	Questões de direito e ônus da prova	271
3.3.4	Máximas de experiência	282
3.4	Fixação do <i>thema probandum</i>	295
3.4.1	<i>Thema probandum</i> e objeto da prova	295
3.4.2	Configuração do objeto da prova e a sua relação com o <i>thema probandum</i>	296
3.4.3	Fato jurídico relevante	300
3.4.4	Relevância lógico-jurídica dos fatos principais e secundários e as provas direta e indireta	306
3.4.5	Ônus da prova em sentido subjetivo e objetivo	314
3.4.5.1	Conceito e características essenciais do ônus da prova	314
3.4.5.2	Estruturação do ônus da prova	317
3.4.5.3	Princípio da aquisição processual ou da comunhão da prova	319

347.94(81)
C175p



3.4.5.4 Ônus da prova em sentido subjetivo	322
3.4.5.5 Ônus da prova em sentido objetivo	327
3.4.5.6 Critérios complementares para o julgamento da causa além dos previstos no art. 333 do CPC	332
3.4.5.7 A moderna teoria da carga dinâmica da prova	340
3.5 Situações não sujeitas à prova	346
3.5.1 Fatos notórios	346
3.5.2 Presunções	357
3.5.2.1 Natureza das presunções	357
3.5.2.2 Indícios e presunções	360
3.5.2.3 Espécies de presunções	366
3.5.2.3.1 Presunções legais	366
3.5.2.3.2 Presunções simples ou judiciais	375
3.5.2.4 Prova <i>prima facie</i> e presunções simples	383
3.5.3 Confissão	386
3.5.4 Fatos incontroversos	389
3.5.5 Fatos não contestados e presunção legal de veracidade	392
3.5.6 Inaplicabilidade do art. 302 do CPC, para o consumidor, nas relações de consumo	400
3.6 Inversão do ônus da prova por convenção das partes e a vontade de uma das partes de produzir prova que não tem certeza se está onerada	401
3.7 Técnica de inversão do ônus da prova	410
3.8 Inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	412
3.9 Inversão do ônus da prova e tutela dos direitos transindividuais: alcance exegético do art. 6.º, inc. VIII, do CDC	422
3.10 Inversão do ônus da prova e inversão do ônus do pagamento antecipado das despesas processuais	426
3.11 Momento da fixação do <i>thema probandum</i>	430
3.12 Julgamento antecipado do mérito	439
3.12.1 O <i>ponto de equilíbrio</i> entre as exigências impostas pelos princípios da celeridade, economia e concentração processuais, o direito à prova e a obtenção de decisões justas	439
3.12.2 Hipóteses de julgamento antecipado do mérito e critérios para a configuração da noção de cerceamento de defesa	446
SÍNTESE CONCLUSIVA	451
BIBLIOGRAFIA	461

347.94(81)
C175p

